



Colégio D. Dinis



SENTIDO NORTE: ***o nosso Projeto Educativo***



SENTIDO NORTE: prolegómenos para uma educação no presente porvir

D. DINIS/COLÉGIO D. DINIS

D. Dinis (1261-1325) foi o sexto rei de Portugal, com o cognome de “O lavrador”.

Filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, foi aclamado em Lisboa em 1279, tendo subido ao trono com 17 anos. Em 1282, desposou Isabel de Aragão, que ficara conhecida como Rainha Santa. Foi um dos principais responsáveis pela criação da identidade nacional e pelo alvor da identidade da consciência de Portugal enquanto Estado-Nação: em 1297, definiu as fronteiras de Portugal no Tratado de Alcanizes. No entanto, os seus trabalhos abrangeram diferentes domínios, nomeadamente:

- **económico**, com destaque para a construção do pinhal de Leiria e a distribuição de baldios a colonos; a exploração de minas de cobre, prata, estanho e ferro; a organização da exportação da produção excedente para outros países; em 1308, a assinatura do 1º acordo comercial português com a Inglaterra; em 1312, a fundação da marinha portuguesa, com a nomeação do 1º almirante, Manuel Pessanha, e a ordenação da construção de várias docas; a criação de concelhos e feiras;
- **político-administrativo**, com realce para a consolidação das fronteiras de Portugal, a reconstrução ou a criação de torres e castelos; a fomentação da criação de concelhos; a elaboração de uma ampla obra legislativa - reunida, postumamente, no Livro de Leis e Posturas e nas Ordenações Afonsinas – e, por isso mesmo, celebrado como Rei Justo (o seu trabalho legislativo evitava excessivas delongas e custos judiciais, assim como impedia abusos de advogados e procuradores). Assim, revelou uma ampla preocupação em enquadrar o direito consuetudinário com o direito processual e positivo, no sentido de efetivar o seu poder no terreno. Neste contexto, D. Dinis deu os primeiros passos no processo de centralização do poder. No que concerne à política externa, ficou conhecido como um estratega e não guerreiro (abdica de guerras em função de tratados/acordos territoriais);



Colégio D. Dinis

- **cultural**, considerado um amante das artes e das letras, foi um famoso trovador, cultivando as cantigas de amigo e de amor e a sátira, tendo contribuído para o desenvolvimento da poesia trovadoresca na Península Ibérica. Pensa-se ter sido o primeiro monarca português verdadeiramente alfabetizado, tendo assinado sempre com nome completo. Culto, curioso das letras e das ciências, impulsiona a tradução de muitas obras para português. Foi responsável pela criação da primeira Universidade portuguesa e por transformar a língua portuguesa em língua oficial.

Os historiadores não poupam adjetivos na caracterização do perfil deste rei, salientando-se o facto de D. Dinis ser determinado, empenhado, obstinado, estratega, visionário, sagaz, empreendedor, de elevada capacidade governativa, de hábil trato e entendedor dos homens, culto, curioso, versátil, enfim, todo um *ethos* que, enquanto cidadãos, exigiríamos, hoje, a qualquer político em democracia.

Para nós, fica o exemplo modelar de um governante inteiramente dedicado ao interesse nacional e ao bem-comum, demarcando-se por uma visão proativa da administração pública, da economia, das relações internacionais, da cultura e, sobretudo, da Educação, que resultou num reinado ímpar, rico e fecundo.

Não é difícil compreender a partir daqui que este rei viu mais além e, por isso, o seu reinado foi a rampa de lançamento da grande aventura das descobertas ultramarinas. Sabemos hoje que o trabalho sistemático e disciplinado, a resiliência e a capacidade de sacrifício resultam sempre, a curto, médio ou longo prazo, em grandes obras.

(i) Colhendo inspiração e assentando raízes no perfil deste estadista, que pegou num país ainda em embrião e, com todo o esforço e dedicação, criou as bases da nação preparando-a para um futuro promissor;

(ii) Compreendendo que foi o seu empenho e trabalho que permitiram ao país lançar-se na maior e mais grandiosa aventura nacional, que foi a expansão ultramarina, transformando um sonho em realidade que, por sua vez, proporcionou outros sonhos;



Colégio D. Dinis

(iii) Também nós, Colégio D. Dinis, temos a ambição e o engenho de, com os nossos alunos, embriões de cidadãos, e através do nosso projeto, criar Homens e Mulheres dinâmicos, conhecedores, empreendedores, proativos, arrojados, capazes de contribuir para o crescimento do país, capazes de marcar o seu tempo e competentes para gerar as mudanças, com visão para o futuro, com a capacidade de sonhar.

O nosso projeto pretende dar aos nossos educandos um **sentido norte**, uma bússola, um rumo, uma direção, mas também as competências necessárias para que os nossos alunos procurem ser cidadãos do mundo. Por isso, estamos conscientes de que não chega munir os nossos jovens de competências científicas e técnicas que garantam o seu sucesso como profissionais em diferentes áreas, é também fundamental que a escola/ensino não menospreze a necessidade de formar Homens e Mulheres, daí que a veiculação de valores éticos seja essencial – foi, aliás, neste sentido que D. Dinis não deixou de ser poeta e trovador. Porque também a poesia é essencial à vida.

É assim que, aproveitando o espírito de trabalho que caracteriza as gentes do norte, completando-o com as competências científicas e técnicas que a escola consegue dar aos jovens, mas acrescentando o cunho humanista e até - porque não? - poético, pretendemos marcar a diferença.

A Escola tem de ter a capacidade de, ensinando no Presente, estar de olhos postos no Futuro, assim como os bons estadistas, deve estar preparada para acompanhar a evolução das sociedades sob pena de se tornar anacrónica, obsoleta e sem **sentido norte**.



CAPÍTULO I * IDENTIDADE

1. A NOSSA VISÃO DE ESCOLA

As escolas e os seus agentes devem envolver-se na procura dos caminhos mais adequados aos contextos reais dos seus alunos e que ofereçam uma formação com sentido para todos.

Não obstante continuarmos a ter no ensino secundário uma conceção *uniformizada* de currículo, constrangida por um modelo de acesso ao ensino superior que se suporta no ensino secundário, e que o condiciona, numa comunhão de esforços para atingir a justiça e a equidade social inevitavelmente condenada ao fracasso, um projeto educativo de escola enquadra-se numa conceção de currículo que privilegia a diversidade de opções e a flexibilização de percursos e meios.

A elaboração de um Projeto Educativo obriga ao repensar do sentido que se tem da escola, sobressaindo, neste processo, a afirmação da identidade e da especificidade da própria instituição. O Projeto Educativo permite à escola a apropriação de um espaço de liberdade e inovação, afirmando-se, face à comunidade, através de um projeto que lhe proporcionará identidade e singularidade no contexto social em que se insere.

Enquanto escola, queremos levar cada aluno a desenvolver todo o seu potencial de aprendizagem no percurso que faz no ensino secundário.

Respeitando os talentos de cada um e a diversidade de interesses, expectativas e objetivos que coexistem, queremos formar os nossos alunos como pessoas autónomas, capazes de se responsabilizarem pelas suas escolhas, de se adaptarem a circunstâncias novas e de mostrarem empenho e valor nas suas ações.

Desenvolvendo um espírito de determinação e empreendedorismo, esperamos que sejam consistentes e persistentes face ao trabalho que lhes é proposto,



encarando o rigor, a exigência e as dificuldades que encontrem como oportunidades de aprendizagem.

Na dimensão social, queremos alertar os nossos alunos para os problemas do mundo contemporâneo, tanto numa perspetiva nacional como internacional, desenvolvendo um sentido de compromisso e de respeito pela dignidade da pessoa humana, seja na perspetiva de valorização dos direitos humanos, seja numa perspetiva de construção de um desenvolvimento sustentável.

Os alunos são a razão da existência da escola e o centro de toda a atividade educativa.

Proporcionamos-lhes um espaço em que se vive um clima favorável ao desenvolvimento de hábitos de trabalho e de estudo, de permanente incentivo à melhoria dos resultados. Simultaneamente, incentivamos a reflexão periódica, individual e em grupo, sobre o desempenho, de modo a promover competências de autorregulação da aprendizagem e de melhoria das próprias práticas educativas.

Pretendemos ser uma escola aberta às dinâmicas de mudança, promovendo mecanismos que visem a reflexão e a renovação das práticas pedagógicas, para que sejam proporcionadas oportunidades de sucesso a todos os alunos.

2. A HISTÓRIA DO COLÉGIO

A história de uma instituição é construída, degrau a degrau, da mesma forma que a história da vida de uma pessoa ou família.

As instituições são o reflexo daqueles que as dirigem e dos que nelas trabalham e entrelaçam-se com as suas próprias vidas. Não são organismos independentes ou inertes, antes pelo contrário, vão adquirindo dinamismo e vida injetada por quem as comanda ou que delas depende para se realizar e viver com dignidade.

O Colégio D. Dinis começou enquanto Externato D. Dinis (com alvará nº 1845) e teve a sua origem na Rua de Santa Catarina, nº206, no dia 27 de maio de 1968. Nestas instalações eram ministrados cursos de preparação para exames de admissão aos Institutos Comercial e Industrial.



Em 1975, sob a Direção do Dr. Daniel Cunha, iniciou-se uma nova etapa com o funcionamento de cursos de preparação para exames do Ciclo Preparatório, Cursos Gerais e Complementares que se realizavam nas Escolas Públicas.

Em 1982, a sede do Externato passou para outras instalações na Rua de Santa Catarina, nº130. Foi nesta data também que a realização dos exames finais nos Estabelecimentos de Ensino Particular foi autorizada, passando a ser prática neste estabelecimento.

Em 1987, foi criado um novo polo na Rua António Carneiro, nº 405, destinado prioritariamente aos alunos dos cursos diurnos.

A melhoria dos espaços continuou em 1996, com a inauguração na Rua de Santa Catarina, nº 220, de novos espaços, numa aposta permanente tanto na qualidade do ensino e do sucesso escolar, como na própria melhoria dos espaços de trabalho.

Em 2002, a Direção do Colégio passou a contar com um elemento novo: a Dra. Daniela Cunha, que deu continuidade ao projeto já iniciado, revelando ter ideias novas que, entretanto, tem vindo a concretizar.

Em 2006, o polo de António Carneiro foi também alvo de intervenção, adquirindo novos espaços interiores e exteriores, designadamente um pavilhão gimnodesportivo, dois ginásios, uma cantina, novas salas de aula e mais espaços de recreio.

Em 2009, já com a participação do mais novo membro, a Dra. Raquel Cunha, o colégio vence mais uma etapa e, fruto de uma alteração societária, passa oficialmente a chamar-se Colégio D. Dinis, uma designação mais atual afastada da velha distinção entre escola com / sem internato.

No entanto, a História também se faz em prol do futuro, pelo que muito haverá ainda por concretizar, aguardando-se novos desafios cuja superação ou concretização contribuem para o perpétuo crescimento da instituição.



CAPÍTULO II * METAS EDUCATIVAS

1. MISSÃO EDUCATIVA

A vida hodierna implica uma evolução social decorrente de uma multiplicidade de fatores aos quais não podemos ser indiferentes, pelo que se exige um ajuste permanente dos processos educativos. Numa época de dificuldades do ponto de vista socioeconómico, em que a austeridade impregna o discurso político, cabe à escola acompanhar as famílias na orientação do futuro profissional dos jovens, dotando-os de ferramentas que os diferenciem no futuro percurso profissional e que lhes permitam ser indivíduos determinados, empreendedores e capazes de superar desafios.

É nossa missão, como escola, fazer a diferença.

Acreditando na educação enquanto premissa fundamental para a construção de uma sociedade democrática, equilibrada, empreendedora e solidária, queremos incutir nos nossos alunos um forte sentido de responsabilidade, transmitindo-lhes o gosto pelo conhecimento, incentivando-os a serem exigentes com eles próprios, zelosos do seu futuro. Queremos ajudar os alunos a tornarem-se pessoas dinâmicas e empreendedoras, com uma atitude de persistência, potenciais futuros líderes nos contextos de trabalho em que se vierem a inserir, pela atitude de profissionalismo, energia e dedicação, pela capacidade de superarem desafios e de contagiar positivamente os que os rodeiam, sem perderem de vista o horizonte ético que regula o propósito da Educação. Por isso, é nossa missão consciencializar / preparar os alunos para a sua ação social, preservando todos os valores, de modo a não se fomentar a “globalização da indiferença”.

Para trabalhar estas competências e atitudes, procuramos tornar as aprendizagens significativas, visando a formação e desenvolvimento de competências que se revelem úteis, pertinentes e com aplicabilidade. Isto pressupõe que sejam considerados, em todos os momentos, os destinatários, as suas



necessidades, potencialidades e singularidades. A transposição da riqueza dos conteúdos programáticos para a complexidade da vida real deve ocorrer com naturalidade, refletindo a pertinência da aprendizagem.

A nossa ambição é conseguir uma escola onde cada aluno construa um percurso, que contemple a sua individualidade, os seus objetivos e motivações, fazendo com que cada um ultrapasse as suas barreiras.

2. IMPERATIVOS PEDAGÓGICOS

Com o trabalho que desenvolvemos diariamente com os alunos, em todos os momentos de aprendizagem, quer esta ocorra em contexto letivo ou em atividades de complemento curricular, pretendemos:

- Criar um ambiente de liberdade para que cada aluno encontre condições de desenvolvimento da sua personalidade;
- Incentivar a capacidade de decisão e a construção de um espírito crítico e construtivo;
- Trabalhar competências de autonomia, responsabilidade e de capacidade de adaptação face a circunstâncias novas ou inesperadas;
- Desenvolver uma atitude de empreendedorismo, valorizando a imaginação, a criatividade e o pensamento original na descoberta de soluções;
- Criar condições que proporcionem experiências de empreendedorismo social;
- Fomentar o desenvolvimento de uma consciência ética universalista e respeitadora dos Direitos Humanos;
- Valorizar a exigência, o rigor, a autenticidade e a honestidade.



2.1. PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DO ENSINO SECUNDÁRIO: caminhos para o desenvolvimento pessoal e social e para o sucesso nas aprendizagens

É importante que um aluno do ensino secundário revele ser um cidadão consciente e empenhado na obtenção de um perfil global de cariz intelectual, cívico, democrático e humanista. Portanto, espera-se que o aluno:

- 1 – Seja assíduo e pontual.
- 2 – Se comporte adequadamente dentro e fora da sala de aula e/ou espaço escolar.
- 3 - Demonstre hábitos de trabalho diário, reveladores de estudo, e segurança na abordagem dos assuntos/temas tratados.
- 4 - Desenvolva uma consciência ética e moral capaz de se colocar no lugar do outro.
- 5 – Saiba ouvir, respeitando a opinião dos seus pares.
- 6 – Revele capacidades de autonomia, de responsabilidade, de espírito crítico e cultive uma mentalidade proativa.
- 7 - Domine competências de compreensão e expressão oral e escrita em língua materna.
- 8 - Demonstre capacidades ao nível da pesquisa, organização, tratamento e gestão de informação, nomeadamente através do recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.
- 9 – Se mostre recetivo à aprendizagem e se envolva nos problemas do mundo atual.
- 10 – Colabore nos projetos e atividades desenvolvidos pelo colégio.

Assim, à saída do ensino secundário o aluno deverá ser capaz de:

- Atuar autonomamente;
- Mobilizar criticamente saberes e competências adquiridas;
- Revelar interesse em atualizar as competências adquiridas;
- Dominar competências de natureza técnica e científica que o habilitam a intervir eficazmente numa sociedade marcada pela inovação tecnológica;
- Trabalhar em equipa;
- Construir um pensamento crítico;



- Comportar-se no quadro das regras sociais;
- Estabelecer relações interpessoais diversificadas;
- Dialogar e procurar soluções consensuais para os conflitos;
- Revelar uma cultura pessoal integradora que lhe permita refletir sobre as realidades do mundo circundante;
- Compreender a realidade em que está inserido, demonstrando interesse face às problemáticas que a povoam;
- Tomar iniciativas de participação cívica e democrática;
- Assumir juízos de valor pessoais;
- Preocupar-se com a qualidade como fator de desenvolvimento das pessoas e das sociedades, numa perspetiva humanista.

3. OPÇÕES ESTRUTURANTES DE NATUREZA CURRICULAR

3.1. Oferta educativa

A oferta educativa do Colégio tem duas vertentes: os cursos científico-humanísticos, de carácter geral, e os cursos de ensino secundário recorrente, estes dirigidos a alunos com mais de 18 anos.

Na organização curricular destes planos de estudos, seleccionámos os conjuntos de disciplinas que pensamos serem os mais apropriados ao percurso académico dos nossos alunos. Respeitando a componente específica dos diferentes cursos, proporcionamos uma ampla variedade de opções.

Em cada curso, os alunos encontram todos os conhecimentos disciplinares relevantes, devidamente articulados do ponto de vista conceptual, ao que acresce o trabalho em torno do desenvolvimento de uma série de competências, adequadas a cada ano de escolaridade.

**3.1.1. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS (PORTARIA Nº 226-A/2018, DE 7 DE AGOSTO)**

Componentes de formação	Disciplinas (10º e 11º)	CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
Geral	Português	
	Língua Estrangeira I, II ou III (Inglês ou Espanhol)	
	Filosofia	
	Educação Física	
Específica	Matemática A	
	Biologia e Geologia	
	Física e Química A	
Oferta Complementar	Direção de Turma	

3.1.2. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS (PORTARIA Nº 243/2012, DE 10 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas (12º)
Geral	Português
	Educação Física
Específica	Matemática A
	Biologia, Física e/ou Química (1 ou 2 disciplinas)
	Psicologia, Inglês ou Economia C (1 disciplina, se no grupo anterior não forem escolhidas duas)
Oferta Complementar	Direção de Turma



3.1.3. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS (PORTARIA Nº 226-A/2018, DE 7 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas (10º e 11º)	CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
Geral	Português	
	Língua Estrangeira I, II ou III (Inglês ou Espanhol)	
	Filosofia	
	Educação Física	
Específica	Matemática A	
	Economia A	
	Geografia A	
Oferta Complementar	Direção de Turma	

3.1.4. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS (PORTARIA Nº 243/2012, DE 10 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas (12º)
Geral	Português
	Educação Física
Específica	Matemática A
	Economia C
	Psicologia, Inglês ou Direito
Oferta Complementar	Direção de Turma



3.1.5. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES (PORTARIA Nº 226-A/2018, DE 7 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas (10º e 11º)	CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
Geral	Português	
	Língua Estrangeira I (Inglês)	
	Filosofia	
	Educação Física	
Específica	História A	
	Língua Estrangeira II ou III (Espanhol)	
	Geografia A	
Oferta Complementar	Direção de Turma	

3.1.6. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES (PORTARIA Nº 243/2012, DE 10 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas (12º)
Geral	Português
	Educação Física
Específica	Matemática A
	Psicologia
	Economia C, Inglês ou Direito
Oferta Complementar	Direção de Turma



3.1.7. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DO ENSINO SECUNDÁRIO RECORRENTE (PORTARIA Nº 242/2012, DE 10 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas	10º	11º	12º
Geral	Português	x	x	x
	Língua Estrangeira I, II ou III (Inglês ou Espanhol)	x	x	
	Filosofia	x	x	
Específica	Matemática A	x	x	x
	Biologia e Geologia	x	x	
	Física e Química A	x	x	
	Biologia, Física, Geologia ou Química			x

3.1.8. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS DO ENSINO SECUNDÁRIO RECORRENTE (PORTARIA Nº 242/2012, DE 10 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas	10º	11º	12º
Geral	Português	x	x	x
	Língua Estrangeira I, II ou III (Inglês ou Espanhol)	x	x	
	Filosofia	x	x	
Específica	Matemática A	x	x	x
	Economia A	x	x	
	Geografia A	x	x	
	Sociologia ou Economia C			x



3.1.9. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES DO ENSINO SECUNDÁRIO RECORRENTE (PORTARIA Nº 242/2012, DE 10 DE AGOSTO)

Componentes de formação	Disciplinas	10º	11º	12º
Geral	Português	x	x	x
	Língua Estrangeira I (Inglês)	x	x	
	Filosofia	x	x	
Específica	História A	x	x	x
	Língua Estrangeira II ou III (Espanhol)	x	x	
	Geografia A	x	x	
	Sociologia ou Psicologia B			x

3.2. Organização do ano letivo

O ano letivo é organizado entre os meses de setembro e junho, estando dividido em três períodos letivos, de acordo com a calendarização tradicional. Nos anos curriculares sujeitos a avaliação externa, o ano letivo estende-se pelo mês de julho.

3.3. Tempos letivos curriculares

A apropriação plena da autonomia curricular materializa-se na possibilidade de gestão flexível das matrizes curriculares-base e na criação de unidades de tempo letivo próprias.

Relativamente à gestão das matrizes, nos cursos científicos-humanísticos a nossa escolha incide no reforço da carga horária de algumas disciplinas, em específico as sujeitas a exame nacional. No caso das disciplinas de Português, Matemática e



Colégio D. Dinis

História, o reforço acontece nos três anos do ciclo, com maior evidência no ano terminal das disciplinas. Nas restantes disciplinas, é sobretudo no ano terminal das mesmas que encontramos um reforço de carga horária significativo. Não obstante a igual importância de todas as disciplinas do currículo, entendemos que naquelas disciplinas os docentes têm que se munir de maior variedade de estratégias para, em simultâneo com o ensino ministrado em conformidade com o programa da disciplina, as aprendizagens essenciais e as metas educativas do colégio, fazerem também uma preparação intensiva para as provas de avaliação sumativa externa.

Nos cursos de ensino secundário recorrente, a gestão das matrizes curriculares atende ao regime de frequência das disciplinas, respeitando o disposto na Portaria nº 242/2012, de 10 de agosto, nas turmas presenciais. Nas turmas não presenciais ou turmas formadas por alunos matriculados em regime de apoio, a carga horária das disciplinas é definida em função da densidade dos conteúdos trabalhados.

No que respeita à criação de unidades de tempo letivo próprias, desde o ano letivo de 2013/2014 que optámos por criar unidades letivas de 75 minutos, que mantemos, tendo em conta o resultado pedagógico, que avaliamos como positivo. A par destas, utilizamos também unidades letivas de 50 e de 100 minutos.

4. ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Uma educação completa e de qualidade visa simultaneamente a qualificação individual e a cidadania democrática.

Com este fundamento, entendemos a nossa Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE) como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.

Na construção do nosso modelo de intervenção, atendemos à estrutura da escola e ao seu clima organizacional. Acreditamos que a melhor abordagem na Educação para a Cidadania deve passar por um trabalho colaborativo de toda a



Colégio D. Dinis

equipa pedagógica, estruturado de modo a proporcionar, através do ensino e dos diferentes projetos que são propostos aos alunos, experiências em que trabalhem os valores democráticos e os direitos humanos, numa dinâmica democrática de diálogo com os outros, com espírito pluralista, crítico e criativo.

No início de cada ano, será desenhado o modelo de intervenção para os diferentes anos curriculares, a partir da definição dos domínios a trabalhar em cada ano letivo. O modelo de intervenção constará do documento "Estratégia de Educação para a Cidadania do Colégio D. Dinis".

5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Inclusiva é a escola que acolhe e que reconhece a todos o direito a aprender. A cultura organizacional da nossa escola, assente em princípios e valores humanistas, procurou sempre ser inclusiva, munindo os alunos e as equipas de diferentes estratégias que permitam a construção de percursos de desenvolvimento pessoal e académico, em que todos sejam conduzidos ao limite das suas capacidades.

Ao abrigo do DL nº 54/2018, de 6 de julho, esse trabalho é agora coordenado pela Equipa de Apoio à Educação Inclusiva. O objetivo é operacionalizar um conjunto de medidas que concretizem o direito de cada aluno a uma educação inclusiva, em que sejam reconhecidas as suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo plural e equitativo.

Para que todos encontrem oportunidades para aprender, a escola adotará e adaptará as suas práticas educativas, com base num modelo de intervenção multinível.

A sinalização poderá ser feita por qualquer agente educativo, sendo aferida a situação pela equipa de apoio à educação inclusiva. A partir desse momento, serão definidas as medidas universais a aplicar e, se necessário, medidas seletivas e adicionais.

A avaliação da eficácia das medidas aplicadas será efetuada no final de cada período letivo, pelo conselho de turma, e no final do ano, pela equipa de apoio à educação inclusiva, que aferirá o nível de consecução dos objetivos definidos para o aluno.



6. ASPETOS ORGANIZACIONAIS

6.1. CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DE TURMAS

A organização das turmas tem como objetivo a criação de condições de igualdade a todos os alunos, ao longo do seu percurso escolar, procurando viabilizar as opções individuais em termos curriculares.

O critério de distribuição dos alunos obedece às suas opções curriculares e, dentro da mesma opção, a distribuição é feita de forma aleatória, procurando-se um equilíbrio em termos de género.

Nos anos de sequência, vigora o critério da continuidade, excepcionado apenas quando, por questões de índole pedagógica ou disciplinar apresentadas em conselho de turma, seja proposta uma alteração.

Assim, procuramos criar as condições para a construção de um bom relacionamento interpessoal no contexto da turma e um ambiente favorável a uma aprendizagem de qualidade.

6.2. ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS

Os horários das turmas são construídos no melhor interesse dos alunos.

Nos cursos científico-humanísticos, todas as turmas têm um horário que preenche preferencialmente o turno da manhã. As restantes horas são distribuídas de forma equilibrada, tentando-se que no 10º ano as aulas não terminem após as 17.00h, e que no 12º se privilegie o aumento de tardes livres. No 11º ano, numa das tardes livres da semana, decorrem atividades letivas de reforço nas disciplinas de Biologia e Geologia e de Física e Química A.



Colégio D. Dinis

A escola disponibiliza ainda uma turma com horário adaptado aos alunos do 12º ano nas disciplinas de Biologia e Geologia e Física e Química A, dando-lhes a oportunidade de concluírem por frequência estas disciplinas.

Nos cursos do ensino secundário recorrente, os horários ocupam o turno da manhã, para os alunos matriculados no ensino diurno, e o turno da noite, para os alunos matriculados em regime noturno.

6.3. DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE

A distribuição de serviço é da responsabilidade da Direção Pedagógica. A par da preocupação de respeitar o equilíbrio dos horários dos alunos, esta distribuição tem por base os seguintes princípios orientadores:

- * Distribuir a lecionação de uma mesma disciplina e nível por diferentes professores, evitando a acumulação num único docente, potenciando dessa forma a partilha de experiências e o trabalho em equipa entre os docentes;

- * Assegurar o contributo de todos os docentes para o dia-a-dia da atividade da escola, evitando horários exclusivamente no turno da manhã ou da tarde;

- * Evitar que cada horário docente exija a lecionação de mais do que 3 disciplinas;

- * Evitar que o mesmo professor leccione mais do que uma disciplina à mesma turma.



6.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LETIVO

No início do ano letivo, os diferentes departamentos reúnem para planificarem o ano, designadamente no que toca à elaboração das planificações das diferentes disciplinas, (re)definição dos critérios de avaliação, calendarização de atividades para cada turma/ano.

A aprovação destas propostas cabe, posteriormente ao Conselho Pedagógico.

No decurso do ano, a gestão pedagógica das dinâmicas da escola encontra suporte no Conselho de Coordenadores, que acompanha a implementação das estratégias definidas no início do ano, garantindo a qualidade do ensino.

O acompanhamento mais próximo do trabalho das turmas cabe aos diretores de turma e aos conselhos de turma, que no decurso do ano reúnem ordinariamente no final de cada período e a meio dos 1º e 2º períodos.

7. A APRENDIZAGEM

7.1. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

A avaliação das aprendizagens dos alunos do ensino secundário matriculados nos cursos oferecidos pelo Colégio é regulada pelos seguintes diplomas:

Decreto-Lei nº139/2012 de 5 de julho e Portaria nº 243/2012 de 10 de agosto – aplicável às turmas de 12º ano dos cursos científico-humanísticos.

Decreto-Lei nº139/2012 de 5 de julho e Portaria nº 242/2012 de 10 de agosto – aplicável às turmas do ensino secundário recorrente.

Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho e Portaria nº 226-A/2018, de 7 de agosto – aplicável às turmas de 10º e 11º ano dos cursos científico-humanísticos.



Compete ao Conselho Pedagógico aprovar os critérios de cada disciplina sob proposta dos Departamentos Pedagógicos. Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns no interior da escola, sendo operacionalizados pelo Conselho de Turma, que, face à proposta de classificação do professor da disciplina, decide e é responsável pela classificação atribuída ao aluno no final de cada período.

A avaliação deve estar sustentada nos seguintes pilares:

1. Coerência

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e deve ser coerente com o mesmo. O seu principal objetivo é promover as aprendizagens dos alunos e informar os professores para a tomada de decisões sobre o ensino. As tarefas de avaliação devem ser, por isso, momentos de aprendizagem que contemplem a resolução de problemas, a investigação e a compreensão, para além da memorização e do domínio exclusivo de conceitos e procedimentos isolados. A avaliação deve encarar o aluno como um elemento ativo e reflexivo, devendo o professor providenciar meios e oportunidades diversificados que facilitem essa aprendizagem e que, no seu conjunto, reflitam as finalidades do currículo.

2. Transparência

A informação sobre o processo de avaliação é essencial. Os critérios específicos de avaliação de cada disciplina e nível são dados a conhecer aos alunos no início do ano letivo por cada professor, encontrando-se arquivados no Colégio e disponíveis para consulta em qualquer altura do ano, quer por alunos quer por Encarregados de Educação.

No decurso do ano, também os instrumentos de avaliação devem refletir a preocupação da transparência. Neste sentido, os enunciados dos testes



Colégio D. Dinis

incluem obrigatoriamente as cotações atribuídas a cada uma das questões. A cotação atribuída pelo professor a cada uma das respostas dadas pelos alunos também deve constar na prova entregue ao aluno aquando da correção.

A classificação do teste é sempre expressa quantitativamente e, no caso de outros instrumentos de avaliação, poderá ser feita de forma qualitativa, respeitando a seguinte escala:

0 a 9,4 valores	Insuficiente
9,5 a 13,4 valores	Suficiente
13,5 a 16,4 valores	Bom
16,5 a 18,4 valores	Muito Bom
18,5 a 20 valores	Excelente

3. Continuidade

A cada professor é pedido que se assegure de que, em cada momento, está munido dos registos que justificam as avaliações por si atribuídas, informando os alunos e respetivos encarregados de educação dos progressos alcançados nos diferentes domínios de aprendizagem.

No 2º período, a classificação atribuída deverá refletir a apreciação do trabalho desenvolvido neste período, tendo em conta o trabalho que o aluno tenha desenvolvido no 1º período e dando a justa valorização à evolução que, entretanto, tenha sido observada.

No 3º período, ocorre a avaliação final, sendo a mesma global, pois é neste momento que é analisado todo o percurso do aluno, fazendo-se um juízo sobre o grau de consecução dos objetivos traçados para o curso / nível em que está matriculado.



4. Diversidade de técnicas e instrumentos de avaliação

No processo de avaliação, o docente deve proporcionar aos alunos o recurso a diferentes instrumentos de regulação da aprendizagem, tais como: observação no contexto de aula, relatórios e outras produções escritas, testes, debates, apresentações e outros tipos de comunicações orais, projetos individuais e de grupo, entre outros.

Dado o valor relativo dos instrumentos de avaliação, há que ter em conta a avaliação informal mais ou menos intuitiva que ocorre durante todo o processo.

5. Subjetividade

A complexidade do processo de avaliação não se esbate com o cumprimento rigoroso dos critérios gerais e específicos de avaliação. Avaliar é muito mais que classificar e existe uma grande dificuldade em *medir* o desenvolvimento de competências (ao nível do raciocínio e da comunicação, da capacidade de resolver problemas, da capacidade de exploração e formulação de conjeturas, do espírito crítico, entre outras). Daí que, sendo o objeto da avaliação o ser humano, ela contempla inevitavelmente uma componente assumidamente subjetiva.

7.2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO

(EM ANEXO)



8. INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO

8.1. DE ÂMBITO PEDAGÓGICO

8.1.1. APOIOS PEDAGÓGICOS

Com o objetivo de promover a melhoria do desempenho dos nossos alunos, criámos uma estrutura de apoios pedagógicos. Estes espaços visam permitir aos alunos e professores momentos de trabalho mais personalizados em que, face ao reduzido número de alunos presentes, o professor pode atender com mais minúcia às dúvidas e dificuldades de cada um deles.

Geridos pelos professores das respetivas disciplinas, os apoios pedagógicos funcionam como espaços de reforço das aprendizagens. Assim, se o horário semanal é fixado pela direção, já a frequência dos apoios compete ao professor, no sentido de deixar que os alunos o frequentem livremente ou de determinar, em dado período, a obrigatoriedade de frequência para um certo número de alunos, por considerar que estão situados num nível inferior ao da respetiva turma e necessitam de aprofundar algum tema ou de exercitar determinada competência.



8.1.2. APOIOS PEDAGÓGICOS INTEGRADOS

Por solicitação dos departamentos pedagógicos, decidiu-se integrar, em determinadas disciplinas, com caráter de obrigatoriedade, os apoios pedagógicos nos horários dos alunos, em blocos de 50 ou 75 minutos, sejam estes dirigidos ao grupo turma ou à turma em regime de desdobramento. Esta decisão teve por base a necessidade de empreender um trabalho de acompanhamento mais sistemático em algumas disciplinas.

Além disso, nessas disciplinas, os docentes entenderam que reforçar o horário dos alunos com atividades de caráter prático lhes traria proveito, independentemente do nível de desempenho dos mesmos.

8.1.3. CURSOS DE PREPARAÇÃO PARA EXAME NACIONAL (CPEN)

Os CPEN são dirigidos a alunos que tenham progredido em determinada disciplina mas pretendam repetir o exame nacional numa perspetiva de melhoria de nota. A frequência em regime de apoio à disciplina nem sempre é uma solução eficaz para a maioria dos casos, sobretudo nas disciplinas bienais, pois os alunos não teriam oportunidade de rever todos os temas. Assim, nestes cursos, são abordados todos os temas sujeitos a exame, numa perspetiva de revisão e consolidação de conhecimentos e, simultaneamente, os alunos são orientados na resolução de exercícios modelo de exame.

8.1.4. PROJETOS DOS DEPARTAMENTOS

O Colégio assenta na organização de três departamentos, o Departamento de Ciências Sociais, que agrega os professores das disciplinas de História A, Geografia A, Economia A, Filosofia, Psicologia B, Economia C, Sociologia, Direito, Geometria Descritiva e Educação Física; o Departamento de Línguas, constituído pelos professores das disciplinas de Português, Espanhol e Inglês; e o Departamento de Matemática e Ciências Experimentais, formado pelos professores de Matemática A, Física e Química A, Biologia e Geologia e ainda os professores das disciplinas de opção do décimo segundo ano, Física, Química e Biologia.



Colégio D. Dinis

Estes órgãos têm como objetivos uniformizar procedimentos relacionados com a elaboração de critérios de avaliação, planificações disciplinares a longo e médio prazo e o plano de atividades. Este último é elaborado de forma articulada entre os diferentes departamentos.

Ao longo do ano letivo, compete aos coordenadores dos diferentes departamentos marcar e supervisionar a elaboração dos testes sumativos e das respetivas propostas de correção, o cumprimento das planificações e do plano anual de atividades, assim como monitorizar as práticas letivas. Funcionam, também, como elo de ligação entre os professores, o conselho pedagógico, a direção e o conselho de coordenadores.

Esta organização foi criada com o intuito de dar ao colégio uma maior uniformidade de procedimentos, facilitar o diálogo entre os diferentes órgãos da escola, permitir acompanhar e orientar os docentes nas práticas letivas, de forma a espelhar a imagem da instituição.

Neste sentido, todos os departamentos desenvolvem anualmente um conjunto de atividades e iniciativas inseridas no contexto de um projeto previamente definido e redesenhado no início de cada ano letivo. Pretende-se, uma vez mais, estabelecer um caminho norteado por valores tão bem representados por D. Dinis e, *novamente*, prosseguir o *sentido norte*. Eis algumas metas perenes que sustentam a nossa bússola:

- Uma escola democrática que garanta uma formação integral das pessoas, assente numa reflexão consciente e crítica de todos os valores e conhecimentos e promova um desenvolvimento físico e psicológico equilibrado;
- Uma escola aberta e plural garantindo, por um lado, uma justa igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares e fomentando, por outro lado, o direito à diferença, mediante uma diversidade de ofertas formativas, curriculares e culturais, em articulação com as realidades concretas das vidas local, regional, nacional e internacional;
- Uma escola como instituição de referência nos planos educacional, cultural, social e cívico cumprindo a sua missão de serviço público e reforçando o diálogo entre todos os intervenientes da comunidade educativa;



Colégio D. Dinis

- Uma escola que concilia rigor, exigência, competência com afetividade, solidariedade, autonomia e espírito crítico, assegurados por uma visão humanista e por uma formação contínua e diversificada do seu pessoal docente e não docente;
- Uma escola como espaço físico e polo cultural abertos à comunidade.

8.1.5. DIREÇÃO DE TURMA - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

O tempo de “Direção de Turma” prevê uma reunião semanal entre os alunos e o diretor de turma. Neste espaço, o docente promove atividades, trabalha assuntos de interesse da turma e acompanha os percursos individuais dos alunos da turma, no que diz respeito a assiduidade, métodos de estudo, desempenho, objetivos de candidatura ao ensino superior, entre outros.

Com este acompanhamento pretendemos consciencializar os alunos da importância da definição de objetivos, da necessidade de autorregular a aprendizagem, incentivando-os a usufruir das diferentes oportunidades e experiências que o colégio lhes proporciona, na construção de um percurso sólido e diversificado.

8.2. DE ÂMBITO DESPORTIVO E CULTURAL

No intuito de facultar aos alunos experiências diversificadas que contribuam para a sua formação integral, independentemente da área de estudos frequentada, completamos a oferta curricular com uma série de atividades facultativas que lhes permitam explorar outras áreas de desenvolvimento. Assim, além de todas as iniciativas que ocorrem pontualmente, existem as seguintes atividades durante o ano:



8.2.1. DESPORTO ESCOLAR

A promoção da atividade desportiva faz parte da educação para a saúde, fundamental nos dias de hoje, em que a população vai adquirindo hábitos cada vez mais sedentários. Queremos desenvolver o gosto pela prática regular das atividades físicas e instruir a todos os participantes um clima de boas relações interpessoais e espírito de equipa. Neste sentido, além da importância que é dada à prática de diferentes modalidades desportivas na disciplina de Educação Física, convidamos os nossos alunos a participar em torneios desportivos que ocorrem ao longo do ano nas seguintes modalidades: futsal, basquetebol, voleibol e badminton. A modalidade de ginástica acrobática merece também destaque, dando origem a um evento anual dedicado à modalidade.

8.2.2. GAEDE

No ano letivo 2006/2007, o professor Rui Louro Mendes fundou o GAEDE, Grupo de Amadores de Expressão Dramática do Colégio D. Dinis, um grupo de teatro com alunos do ensino secundário. Desde então, têm pisado palcos, umas vezes em Encontros e Festivais de teatro, outras em nome próprio com a motivação dos amadores e a intensidade dos profissionais. O GAEDE já atuou em oito Encontros Nacionais de Teatro na Escola, em diversas escolas secundárias, na Casa da Música, no Mosteiro da Serra do Pilar, em Serralves, na Feira do Livro de Vila Nova de Cerveira, na Sinagoga do Porto, no Centro de Congressos do Porto (Edifício Alfândega), na Casa da Cultura de Paredes, no Auditório Municipal de Gondomar, no Teatro Municipal de Almada, no Auditório da Moagem (Fundão), no Festival Internacional de Teatro CALE-se, no Teatro Municipal do Porto (Rivoli e Campo Alegre) e no ciclo de teatro Bonfim ao Palco.

Em outubro de 2014, o GAEDE passou a integrar o projeto PANOS da Culturgest, encenando, nesse contexto, um texto inédito de Pablo Fidalgo Lareo, fundador do grupo de teatro galego La Tristura.

“O Muro”, “A Morte Não Existe”, “O Eterno Retorno”, “Ontem à noite, uma criança sonhou...”, “Luz”, “Civilização”, “Nunca te deixei partir”, “Bang, Bang! Estás Morto”, “Auschwitz – a marca gravada na carne”, e “Só há uma vida e nela quero ter



Colégio D. Dinis

tempo para construir-me e destruir-me” são os espetáculos que perfazem o currículo do GAEDE. Juntos constituem uma encenação trágica sobre a condição humana. De facto, trata-se de dez peças que se intercetam quer do ponto de vista estético, quer no que concerne à mensagem.

A identidade estética do GAEDE centra-se em dramaturgias musicais e físicas, plenas de referências judaico-cristãs, refletindo acerca da dialética Criação – Destruição, Nascimento – Morte, Paz – Guerra, Amor – Ódio, Razão – Instinto, Política – Realidade Existencial, Homem - Natureza, enquanto ciclos contínuos e misteriosos que constituem o *elan vital* que sustenta, anima e subjaz a toda a vida.

A música é parte do cenário, envolvendo os movimentos dos atores, rigorosamente coreografados, possibilitando a união plena e intensa do espectador com o drama vivido pelos personagens em palco. Estes trazem estampadas as expressões do que sentem; o corpo funcionando, por inteiro, como o mecanismo de comunicação das realidades interiores.

Quem assiste a um espetáculo do GAEDE deve contar com jovens atores com garra, sem medo de arriscar numa estética de teatro-dança, sustentando o trabalho numa performance onde corpo e alma estão sempre em uníssono.



8.2.3. CLUBE DA LÍNGUA E DA CULTURA (CLC)

O CLC, fundado em 2008/2009 pela professora Manuela Maia, foi criado com o objetivo de dinamizar culturalmente o colégio, de forma lúdica, mas também despertar nos alunos o interesse pela cultura em geral, assim como por questões pertinentes de âmbito nacional e internacional. Para tal, promove atividades como concursos, olimpíadas, exposições e outras de forma a assinalar datas relevantes culturalmente. Tudo isto com o intuito de dar ao colégio maior dinamismo e vivacidade.

Associado ao clube está também o projeto “D. Dinis Solidário”, cuja função é abraçar e promover projetos de solidariedade, estimulando os alunos para a cooperação. Num mundo cada vez mais individualista e materialista, é fundamental desenvolver nos jovens o espírito de entreajuda, levá-los a “olhar o outro”, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da plena cidadania. Neste domínio, o colégio tem-se aproximado da Junta de Freguesia do Bonfim e, em parceria, tem selecionado instituições locais a quem tem prestado auxílio, graças ao resultado de campanhas realizadas junto da comunidade escolar.

8.2.4. CORRENTES DE ESCRITA

O projeto “Correntes de Escrita”, criado e coordenado pela professora de Português Célia Fonseca, está implementado no Colégio D. Dinis desde o ano de 2013/2014 e desenvolve-se anualmente entre os meses de outubro e de abril.

Com este projeto, pretende-se incentivar os alunos que gostam de escrever e de pintar/desenhar a realizarem um livro cuja história é construída pelos participantes envolvidos na redação do enredo. “Acorrentados” pela intriga que veem a crescer, os alunos desenvolvem a sua criatividade, o seu repertório lexical e reforçam a sua autonomia e sentido de responsabilidade.



8.3. ARTICULAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR

Com o intuito de informar os alunos no seu processo de escolha relativamente ao acesso ao ensino superior, organizamos diferentes espaços de informação, interação e partilha entre os alunos e diversas instituições.

Além de uma Feira das Profissões, em que as entidades convidadas se organizam em stands ou expositores, onde disponibilizam a sua oferta curricular ou profissional, sejam Universidades, Institutos, Politécnicos ou representantes das Forças de Segurança, Exército ou Força Aérea, durante o ano decorrem também workshops e apresentações de cursos ou profissões específicas. Estes eventos ajudam os alunos a esclarecer dúvidas sobre os planos curriculares dos cursos de ensino superior e sobre as profissões em si mesmas, ao permitirem alguma troca de experiências, despertando nos estudantes o interesse pela pesquisa e análise da oferta formativa ao seu alcance.



CAPÍTULO III * ESTRUTURA FUNCIONAL

1. AGENTES EDUCATIVOS

1.1. DIREÇÃO PEDAGÓGICA

É um órgão colegial constituído por uma equipa de três elementos, estando designado um deles para exercer a função de Presidente da Direção Pedagógica.

Este órgão é responsável pela definição de toda a atividade pedagógica do colégio, tendo como missão promover a qualidade e o rigor do ensino, através do exercício de uma liderança participada e de elevado valor pedagógico.

A Direção Pedagógica deve também otimizar todas as dinâmicas existentes entre os restantes agentes educativos, bem como definir as linhas gerais orientadoras das atividades curriculares e das atividades de desenvolvimento do currículo levadas a cabo no Colégio.

Compete ainda à Direção Pedagógica representar o Colégio junto do Ministério da Educação e Ciência e garantir o cumprimento de todas as normas estabelecidas para a atividade dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Com o apoio do Conselho Pedagógico e do conselho de Coordenadores, que funcionam como órgãos consultivos, orienta o trabalho dos docentes, respeitando a independência científica de cada área disciplinar.



1.2. DIREÇÃO EXECUTIVA

É o órgão representante da entidade titular do Colégio. Responsável por toda a atividade administrativa e financeira, compete-lhe ainda a gestão dos recursos humanos e dos espaços físicos. É constituído por quatro elementos, três deles comuns à Direção Pedagógica.

No exercício das suas funções, a Direção Executiva deve apoiar os demais agentes educativos, informando-os regularmente sobre assuntos de interesse, apoiando as diferentes iniciativas planificadas e resolvendo, de um modo geral, todos os eventuais constrangimentos ao bem-estar das pessoas e ao bom desempenho dos docentes.

1.3. CONSELHO DE COORDENADORES

Apresenta-se como um órgão de apoio à Direção Pedagógica, com funções orientadas para a ação da prática docente, incluindo a supervisão de projetos pedagógicos, o trabalho dos diversos departamentos e a avaliação do desempenho dos professores.

1.4. CONSELHO PEDAGÓGICO

É um órgão de coordenação pedagógica e de assessoria à Direção Pedagógica e aos diferentes grupos disciplinares, tendo em vista a preservação da qualidade científica, pedagógica e didática do ensino.

Compete ao Conselho Pedagógico aprovar:

- o Plano Anual de Atividades do Colégio;
- planificações e critérios de avaliação das várias disciplinas;
- matrizes das provas do ensino secundário recorrente;
- informações-prova dos exames de equivalência à frequência e dos exames a nível de escola equiparados a Exame Nacional, bem e ainda dos exames a nível de escola para alunos com NEE;



Colégio D. Dinis

- propostas sobre a gestão do currículo das atividades de desenvolvimento curricular e sobre matérias de natureza pedagógica em geral.

Além disso, o Conselho Pedagógico constitui a sede privilegiada de ponderação e avaliação do presente Projeto Educativo. De forma regular, são criados momentos de reflexão das estratégias implementadas, avaliando o cumprimento dos objetivos definidos, num caminho de melhoria contínua das práticas pedagógicas.

1.5. EQUIPA DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É um órgão designado pela Direção Pedagógica, constituído nos termos do DL 54/2018, de 6 de julho.

Tem como principal competência a análise de situações sinalizadas por outros agentes educativos e que possam requerer a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem. Além do acompanhamento à implementação dessas medidas, a equipa de apoio à educação inclusiva deve ainda prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, bem como sensibilizar a comunidade escolar para a educação inclusiva, de modo a que a educação seja um direito efetivo de todos os alunos.

1.6. CORPO DOCENTE

A atividade docente é garantida, essencialmente, por professores em regime de exclusividade, o que permite uma maior estabilidade e rentabilidade com reflexos benéficos no sucesso dos alunos.

Todos os professores possuem as qualificações pedagógicas necessárias para os respetivos grupos de docência. Alguns docentes possuem ainda cursos de pós-graduação, mestrado, doutoramento, e todos se envolvem em ações de formação contínua.



Colégio D. Dinis

O corpo docente tem uma função importantíssima na formação dos alunos, não só do ponto de vista científico, no que respeita às respetivas áreas curriculares, mas também do ponto de vista da formação pessoal. Da relação pedagógica gerada junto dos alunos, ressalta uma postura de rigor e de exigência face ao trabalho e uma postura cívica e solidária no relacionamento interpessoal.

1.7. ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO (EE)

Como educadores, a participação dos EE na vida da escola é essencial. É da interação entre os encarregados de educação e os diretores de turma que surgem as soluções necessárias para ultrapassar situações de desmotivação, falta de rendimento, ou outras. Os encarregados de educação são também determinantes para a boa gestão do tempo de estudo por parte dos alunos, monitorizando-o.

1.7.1. ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA

Sempre foi uma estratégia da escola envolver os Pais e Encarregados de Educação na dinâmica do Colégio. Desta forma, no início do ano letivo, são programadas sessões de apresentação por ano curricular dirigidas às famílias, com a presença da Direção Pedagógica, do Conselho de Coordenadores e Diretores de Turma. Nestas sessões, são apresentadas as matrizes curriculares dos cursos, bem como o plano de trabalho para o ano curricular, além de outros aspetos relativos ao funcionamento da escola.

Ao longo do ano, cabe aos Diretores de Turma estabelecer contactos regulares com os Encarregados de Educação, através de reuniões individuais ou reuniões de turma. Nestas reuniões, Pais e Encarregados de Educação conseguem aperceber-se das características da turma do seu educando, do seu desempenho, de eventuais problemas que surjam e das suas origens, entre outros. Discutem-se estratégias a serem levadas a cabo pelos Pais e Encarregados de Educação, quer a nível da responsabilização quer a nível da simples motivação dos alunos, de modo a revestir de maior eficácia as estratégias dirigidas a cada turma.



Colégio D. Dinis

Acreditamos que o acompanhamento do percurso de cada aluno beneficia com o contacto que os Encarregados de Educação adquirem com as informações acerca do grupo em que os seus educandos estão inseridos, o que pode contribuir positivamente para as estratégias educativas que individualmente adotem.

1.8. PESSOAL NÃO DOCENTE

O pessoal não docente deve ter uma ação efetiva na promoção de um ambiente de qualidade, privilegiando relações humanas e respeitando regras e hierarquias. Os funcionários não docentes devem contribuir ativamente para uma política de civismo e cidadania, revelando-se atentos aos comportamentos dos alunos e intervindo com intuito educativo, sempre que oportuno.



2. INFRAESTRUTURAS

2.1. LOCALIZAÇÃO

O Colégio distribui-se por dois edifícios com a seguinte localização:

- Rua de Santa Catarina, nº 220
- Rua de António Carneiro, nº 405

2.2. POLO DE SANTA CATARINA

2.2.1. Público

Localizado no coração da baixa portuense, serve um público oriundo de várias zonas, sobretudo periféricas, atendendo à proximidade de acessos ferroviários – Estação de S. Bento e terminais de Metro. Ao contrário da realidade do outro polo, destaca-se a afluência de alunos oriundos de Vila Nova de Gaia, Espinho, Miramar, Valadares e em geral da margem sul do rio Douro.

2.2.2. Espaços

- Secretaria
- Sala de Professores
- Gabinete de Direção
- Sala de reunião e Gabinetes de trabalho
- 8 salas de aula
- Biblioteca e Sala de Estudo
- Sala de convívio
- Pátio / Recreio
- Terraço



2.2.3. Cursos lecionados

São lecionados os seguintes cursos do ensino secundário recorrente, regulados pela Portaria nº 242/2012, de 10 de agosto: Ciências e Tecnologias; Ciências Socioeconómicas; Línguas e Humanidades e Artes.

2.3. POLO DE ANTÓNIO CARNEIRO

2.3.1. Público

Localizado na parte oriental da cidade do Porto, encontra-se numa zona privilegiada, uma vez que para além de servir a área do Bonfim e Campanhã recebe também público oriundo de concelhos circundantes, pela facilidade de transportes.

2.3.2. Espaços

- Secretaria
- 3 Gabinetes de Trabalho
- Gabinete de Direção de Turma
- 2 salas de Professores
- 14 salas de aula
- 2 Laboratórios
- Biblioteca
- Bar e Cantina
- 3 Recreios exteriores
- 1 Recreio Interior
- 1 Pavilhão Gimnodesportivo
- 2 Ginásios
- 1 Gabinete Médico



2.3.3. Cursos lecionados

São lecionados os cursos científico-humanísticos, regulados pela Portaria nº 243/2012, de 10 de agosto (12º ano) e os que são regulados pela Portaria nº 226-A/2018, de 7 de agosto, nas áreas de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades.

São ainda lecionados os cursos do ensino recorrente regulados pela Portaria nº 242/2012, de 10 de agosto: Ciências e Tecnologias; Ciências Socioeconómicas; Línguas e Humanidades.



CONCLUSÃO

Apesar de um Projeto Educativo ser pensado por um período relativamente curto de tempo, o *Sentido Norte* do Colégio D. Dinis será sempre o de desenvolver projetos estruturantes e agregadores que promovam sinergias locais e comunitárias em prol da construção da identidade do aluno e do reforço da identidade desta instituição. Sendo assim, regressámos ao espírito modelar do rei D. Dinis, procurando-se, através de práticas pedagógicas humanistas e proativas, inter e transdisciplinares, traçar um caminho diferenciador e genuíno.

Conscientes da necessidade de seguir as orientações nacionais, almejamos, tal como marinheiros intrépidos, desbravar caminhos, sem perder o “Sentido Norte”.

(Este projeto foi revisto em novembro de 2019)

A Direção Pedagógica,

**ÍNDICE**

SENTIDO NORTE: prolegómenos para uma educação porvir	2
CAPÍTULO I * IDENTIDADE	5
1. A NOSSA VISÃO DE ESCOLA	5
2. A HISTÓRIA DO COLÉGIO	6
CAPÍTULO II * METAS EDUCATIVAS	8
1. MISSÃO EDUCATIVA	8
2. IMPERATIVOS PEDAGÓGICOS	9
2.1. PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DO ENSINO SECUNDÁRIO: caminhos para o desenvolvimento pessoal e social e para o sucesso nas aprendizagens	10
3. OPÇÕES ESTRUTURANTES DE NATUREZA CURRICULAR	11
3.1. OFERTA EDUCATIVA	11
3.1.1. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS (PORTARIA Nº 226-A/2018, DE 7 DE AGOSTO).....	12
3.1.2. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS (PORTARIA Nº 243/2012, DE 10 DE AGOSTO)	12
3.1.3. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS (PORTARIA Nº 226-A/2018, DE 7 DE AGOSTO)	13
3.1.4. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS (PORTARIA Nº 243/2012, DE 10 DE AGOSTO)	13
3.1.5. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES (PORTARIA Nº 226-A/2018, DE 7 DE AGOSTO)	14
3.1.6. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES (PORTARIA Nº 243/2012, DE 10 DE AGOSTO)	14
3.1.7. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DO ENSINO SECUNDÁRIO RECORRENTE (PORTARIA Nº 242/2012, DE 10 DE AGOSTO)	15
3.1.8. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS DO ENSINO SECUNDÁRIO RECORRENTE (PORTARIA Nº 242/2012, DE 10 DE AGOSTO)	15



Colégio D. Dinis

3.1.9. OFERTA EDUCATIVA - PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES DO ENSINO SECUNDÁRIO RECORRENTE (PORTARIA Nº 242/2012, DE 10 DE AGOSTO)	16
3.2. ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO	16
3.3. TEMPOS LETIVOS CURRICULARES	16
4. ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	17
5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
6. ASPETOS ORGANIZACIONAIS	19
6.1. CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DE TURMAS	19
6.2. ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS	19
6.3. DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE	20
6.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LETIVO	21
7. A APRENDIZAGEM	21
7.1. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO	21
7.2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO	24
8. INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO	25
8.1. DE ÂMBITO PEDAGÓGICO	25
8.1.1. APOIOS PEDAGÓGICOS	25
8.1.2. APOIOS PEDAGÓGICOS INTEGRADOS	26
8.1.3. CURSOS DE PREPARAÇÃO PARA EXAME NACIONAL (CPEN)	26
8.1.4. PROJETOS DOS DEPARTAMENTOS	26
8.1.5. DIREÇÃO DE TURMA – PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL	28
8.2. DE ÂMBITO DESPORTIVO E CULTURAL	22
8.2.1. DESPORTO ESCOLAR	29
8.2.2. GAEDE	29
8.2.3. CLUBE DA LÍNGUA E DA CULTURA (CLC)	31
8.2.4. CORRENTES DE ESCRITA	31
8.3. ARTICULAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR	32
CAPÍTULO III * ESTRUTURA FUNCIONAL	33
1. AGENTES EDUCATIVOS	33
1.1. DIREÇÃO PEDAGÓGICA	33
1.2. DIREÇÃO EXECUTIVA	34



Colégio D. Dinis

1.3.	CONSELHO DE COORDENADORES	34
1.4.	CONSELHO PEDAGÓGICO	34
1.5.	EQUIPA DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	35
1.6.	CORPO DOCENTE	35
1.7.	ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	36
1.7.1.	ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA	36
1.8.	PESSOAL NÃO DOCENTE	37
2.	INFRAESTRUTURAS	38
2.1.	LOCALIZAÇÃO	38
2.2.	POLO DE SANTA CATARINA	38
2.2.1.	Público	38
2.2.2.	Espaços	38
2.2.3.	Cursos lecionados	39
2.3.	POLO DE ANTÓNIO CARNEIRO.....	39
2.3.1.	Público	39
2.3.2.	Espaços	39
2.3.3.	Cursos lecionados	40
	CONCLUSÃO	41
	ÍNDICE	42